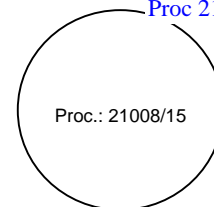




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Informação nº 188/2016

PROCESSO Nº : 21.008/2015
JURISDICIONADO: Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF.
ASSUNTO: Dispensa de Licitação.
EMENTA: Representação. Decisão nº 3.415/2015. Exame de mérito. Procedência. Diligência.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos da Representação nº 11/2015-ML, do Ministério Público junto à Corte, em função de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, no que diz respeito à aquisição emergencial de teste para hemograma completo em equipamento de análise automatizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Dispensa de Licitação nº 91/2015, que originou o Contrato nº 26/2015-SES/DF, constantes do Processo nº 060.013.746/2014.

2. A Decisão nº 3.415/2015 determinou o exame de mérito da citada peça exordial, à luz da documentação requerida à Jurisdicionada, ou seja, Processos 060.007.595/2013 e 060.013.746/2014, conforme e-doc B57B1D66. Trata-se do Ofício nº 420/2015-GAB/SES encaminhado ao *Parquet*, que conta, porém, apenas com a cópia do Processo da contratação emergencial, de nº 060.013.746/2014. O outro Processo foi analisado em inspeção realizada junto à Secretaria.

I – DO TEOR DA REPRESENTAÇÃO Nº 11/2015 – ML

2. A seguir, apresenta-se a síntese da Representação constante da Informação nº 140/2015 – Diacomp2.

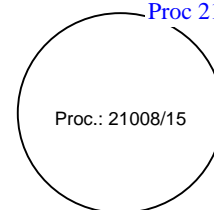
1. *Aborda a aquisição, em caráter emergencial, de teste para hemograma completo em equipamento de análise automatizado, pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme dispensa de licitação nº 91/2015 e o decorrente Contrato nº 26/2015-SES/DF, constantes do processo nº 060.013.746/2014.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Proc.: 21008/15

2. Segundo o Representante, a dispensa de licitação afronta a regra constitucional do dever de licitar e o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.
3. Aduz que a emergência foi fabricada, em face da falta de planejamento do administrador público, tendo em vista a demora na conclusão do processo ordinário de contratação para o mesmo objeto, sob o nº 060.007.595/2013.
4. Nesse passo, destaca que a Assessoria Jurídico-Legislativa da SES/DF, por meio da Nota Técnica nº 295/2015 – AJL/SES, fls. 205/211 do Processo nº 060.013.746/2014, ressaltou a necessidade de responsabilização do agente que deu causa à contratação emergencial.
5. Não obstante, ressalta que, mesmo nos casos de real situação emergencial, é necessária a justificativa da escolha do fornecedor e do preço contratados.
6. Informa que apenas a sociedade empresária PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. respondeu ao ato convocatório da dispensa de licitação, o qual, inicialmente, teve como valor de referência o montante de R\$ 2,00 (unitário). Contudo, alerta que a oferta inicial da PMH foi de R\$ 2,80 (unitário).
7. Diante disso, afirma que a SES/DF reviu o valor de referência, elevando-o ao patamar unitário de R\$ 2,4583. A PMH, por sua vez, reduziu sua proposta, tendo sido contratada com o valor unitário de R\$ 2,40.
8. Destarte, o representante entende que a simples negociação com a empresa PMH feriu os princípios da impessoalidade, da moralidade e da seleção da proposta mais vantajosa, tendo em vista que, com a elevação do valor de referência, de R\$ 2,00 para 2,4583, novos interessados poderiam ter respondido ao ato convocatório.
9. Outrossim, noticia o Representante que, no exato mês em que foi realizada a contratação direta, a empresa PMH sagrara-se vencedora de Pregão conduzido pela Universidade Federal da Bahia para aquisição do mesmo produto, mas com preço unitário de R\$ 1,76, ainda que em quantidade muito inferior à adquirida pela SES/DF.
10. Desabona, ainda, a falta de empenho da SES/DF em buscar outros fornecedores para o objeto, tendo em vista que a sociedade empresária PMH fora multada por inadimplemento ao Contrato nº 166/2012 – SES/DF, constante do Processo nº 060.001.712/2011.
11. Assim, assegura o Representante que devem ser apreciadas as justificativas apresentadas para a escolha do fornecedor e do preço constantes do Contrato nº 26/2015-SES/DF.
12. O Parquet ressalta, por fim, a inserção do caso em tela na realidade do Governo do Distrito Federal, que tem se utilizado em demasia das contratações diretas, e sugere a inclusão das contratações emergenciais realizadas pela Secretaria de Saúde do DF no escopo do plano geral de auditoria do e. TCDF, caso ainda não constem.
13. Ao final, o MPJTCDF requer ao e. Plenário:
 - a) a concessão de prazo para que a SES/DF apresente esclarecimentos a respeito dos fatos narrados, com fulcro no art. 95, §6º do RI/TCDF;
 - b) a autorização para realização de inspeção na SES/DF, a fim de averiguar os motivos que deram ensejo à contratação emergencial, com a consequente responsabilização de quem deu causa à eventual



desídia administrativa na condução do procedimento regular de licitação, bem como avaliar a existência de motivo que desabonasse o fornecedor em destaque para contratar com a Administração Pública, em razão de inadimplemento do Contrato nº 166/2012-SES/DF e a conduta da SES/DF de não chamar outras sociedades empresárias eventualmente interessadas em fornecer os produtos à jurisdicionada;

c) *o exame acerca de eventual prejuízo ao Erário decorrente da celebração do contrato emergencial nº 26/2015-SES/DF.*

II – ANÁLISE

7. A presente análise será estruturada em conformidade com os requisitos previstos nos incisos do Parágrafo Único do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, quais sejam:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

8. Além disso, verificar-se-á, no próximo tópico, juntamente com a avaliação quanto à caracterização da situação emergencial, possível responsabilidade pessoal de agente público quanto à não conclusão do Processo de contratação regular de forma tempestiva, o que deu causa à situação emergencial aqui analisada.

II.1 – Da Situação Emergencial

9. As hipóteses para contratações diretas constam do art. 24 da Lei nº 8.666/1993. A presente contratação se deu com fulcro no inciso IV daquele artigo, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Proc.: 21008/15

equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

10. Da análise à situação fática, tem-se que a emergência estava devidamente caracterizada, tendo em vista a urgência de atendimento a situação que poderia ocasionar prejuízo a serviços de saúde pública, de importância fundamental para a população. A situação não poderia ser atendida de outro modo, tendo em vista a não conclusão do processo de contratação regular até a data do término da vigência do Contrato anterior, de nº 166/2012-SES/DF, qual seja, 11/12/2013.

11. Não obstante, é necessário levar em consideração o que determina o art. 3º do Decreto nº 34.466/2013 que regulamenta a contratação emergencial por órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e que está em sintonia com o que prevê a Decisão TCDF nº 3.500/1999.

Art. 3º A instrução dos processos de contratação de que trata este Decreto deve demonstrar:

I - a situação excepcional que exija da Administração a adoção de medidas urgentes e imediatas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos e particulares;

II - que a contratação é a única alternativa adequada, eficaz e eficiente para afastar o risco iminente detectado e para atender ao interesse público;

III - que o objeto da contratação se limita, em termos qualitativos e quantitativos, ao que for estritamente indispensável ao atendimento da situação emergencial;

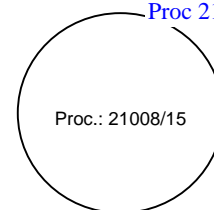
IV - que o objeto da contratação possa ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos contados da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação deste prazo;
(...)

12. O atendimento ao 'insico I' já ficou demonstrado anteriormente. Quanto ao 'inciso II', considera-se que, após não se ter garantido a conclusão da contratação regular em tempo hábil, a contratação emergencial seria sim a única alternativa adequada para atender ao interesse público.

13. No tocante ao 'inciso III', consideram-se estarem atendidos os aspectos qualitativos e quantitativos da contratação. Qualitativamente, o objeto representou a necessidade das unidades de saúde da Rede. Quantitativamente,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



também não há irregularidade, considerando os números de consumo disponíveis no Sistema Alphasinc da SES/DF.

14. Já em relação ao 'inciso IV', nota-se que a vigência contratual ficou fixada em 180 dias, dentro do limite previsto na norma, o que pode demonstrar o atendimento ao quesito apontado. A ressalva se dá em razão do fato de não se ter concluído a contratação regular, mesmo após transcorridos os 180 dias permitidos para vigência de contratos emergenciais.

15. Não obstante o atendimento aos requisitos e à configuração da situação emergencial, deve-se levar em consideração o que dispõe o Parágrafo Único do art. 5º do mesmo Decreto nº 34.466/2013:

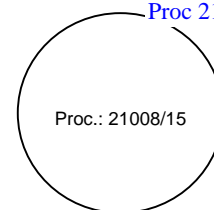
*Art. 5º O Secretário da Pasta ou o dirigente máximo da Entidade deverá comunicar a contratação à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, no prazo de 5 (cinco) dias de sua celebração. Parágrafo único. **Sempre que forem constatados indícios de desídia, má gestão dos recursos disponíveis e falha de planejamento deverá ser instaurado procedimento de apuração e responsabilização disciplinar.***

16. A situação emergencial, conforme se extrai de justificativas constantes do Processo nº 060.013.746/2014, estaria configurada, especialmente, pela não finalização tempestiva do Processo de Contratação regular nº 060.007.595/2013. Cabe registrar, porém, que o Processo de Contratação regular foi autuado com razoável antecedência, em 25/06/2013, cerca de seis meses antes do término da vigência do Contrato nº 166/2012.

17. A conclusão do referido Processo regular, por sua vez, foi comprometida por diversos fatores. Um deles diz respeito à indefinição quanto a análise de viabilidade que buscou estabelecer a opção mais vantajosa para a Administração, dentre a aquisição, a locação e o comodato.

18. Verifica-se que a avaliação correspondente deu origem a entendimentos distintos que motivou a alteração da opção de comodato, inicialmente apontada como mais vantajosa, para a opção de locação, o que ocorreu em estágio avançado do Processo e demandou uma série de ajustes.

19. Chama atenção o fato de os autos terem sido encaminhados para a Gerência de Pesquisas de Preço – GEPP – em 2/8/13, com vistas à realização do estudo de viabilidade, todavia, aquela unidade não ter adotado qualquer medida até 25/2/14, ocasião em que solicitou orçamentos junto a empresas fornecedoras.



Apesar disso, naquela ocasião, a vigência do Contrato anterior, de nº 166/2012, já havia se encerrado, o que ocorreu em 11/12/2013. Nota-se, assim, um período improdutivo superior a 200 dias.

20. Por tudo isso, considera-se que a GEPP, em grande parte, deu causa à falha verificada, pois o Processo não poderia ser concluído até a data do encerramento da vigência do Contrato anterior sem que fossem tomadas as providências de competência daquela unidade, de forma tempestiva.

21. A Subsecretaria de Administração Geral – SUAG – também é parcialmente responsável, considerando que deixou de atuar com vistas a exercer competência regimental quanto à adequada coordenação das atividades relativas ao bom andamento do Processo de contratação.

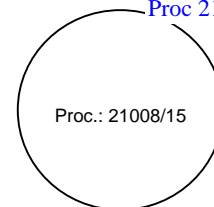
22. Questões mais amplas quanto à recorrência da prática de se priorizar a finalização de contratações emergenciais em detrimento às contratações regulares, de fato, conforme afirmou o nobre Procurador, devem ser remetidas a processo de auditoria, em que seja considerado o conjunto das contratações empreendidas pelo Órgão.

23. A necessidade da atuação deste Tribunal é reforçada ao considerar o fato de que, até o presente momento, aquela contratação não foi concluída. De fato, causa estranheza a SES/DF conseguir concluir uma contratação emergencial em pouco mais de quatro meses, como no caso do Processo nº 060.013.746/2014, e não concluir uma contratação regular em mais de três anos, como no caso do Processo nº 060.007.595/2013.

24. Dessa forma, entende-se necessário que a SES/DF se manifeste a respeito das falhas listadas, **bem como acerca do aparente fornecimento de materiais sem cobertura contratual**, tendo em vista o interstício entre a finalização da vigência do Contrato nº 166/2012, em 11/12/2013, e a celebração do Contrato nº 026/2015, em 25/03/2015.

II.2 – Da Escolha do Fornecedor

25. Outro ponto de questionamento diz respeito a possível direcionamento da contratação, no Projeto Básico, para a empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda.



26. A suspeita de direcionamento se fundamenta, essencialmente, no fato de a empresa PMH ter sido a única a apresentar proposta e a SES/DF, supostamente, não ter empreendido esforços para alcançar outras empresas interessadas, antes, cuidou de elevar o preço de referência para que este se aproximasse daquele ofertado pela PMH, como será discutido no tópico a seguir.

27. A justificativa para a contratação, portanto, foi no sentido de que a empresa teria sido a única a apresentar proposta, o que inviabilizaria a escolha de outro fornecedor.

28. Importante ressaltar, porém, que o Projeto Básico direcionou a contratação para a empresa PMH, o que ocorreu por meio da seguinte delimitação constante do item 2.1 do Projeto Básico:

Existem atualmente instalados na rede SES/DF 32 (trinta e dois) equipamento automatizados, modelo CELL-DYN 3.700 / RUBY da marca Abbott, cedidos por meio do Contrato 166/2012 – SES. Desta forma, considerando a incompatibilidade técnica existente entre equipamentos e reagentes de diferentes fabricantes, podendo inclusive haver comprometimento da qualidade dos resultados liberados pelos laboratórios às equipes médicas e pacientes, faz-se necessária a manutenção da tecnologia atual para a aquisição aqui pretendida. (fl. 45 Processo nº 060.013.746/2014)

29. Mantendo-se a tecnologia anteriormente utilizada, é natural que não houvesse outros interessados, pois, nenhuma outra empresa poderia utilizar equipamentos que não fossem de sua propriedade. Ademais, o objeto do Projeto Básico não previu a possibilidade de que fossem substituídos os referidos equipamentos.

30. Está claro o direcionamento da contratação, para o que se faz necessário requerer a apresentação de esclarecimentos por parte da Jurisdicionada. Situação semelhante ocorreu no Contrato nº 01/2015-SES/DF tratado nos autos de nº 12.572/2015.

II.3 – Do Preço

31. Como constou da exordial, a primeira pesquisa de preços realizada apresentou como estimativa de custo o valor de R\$ 2,00 por item, conforme consta da fl. 81 do Processo Emergencial nº 060.013.746/2014, valor que se baseou em preços públicos constantes do Comprasnet.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Proc.: 21008/15

32. Todavia, apenas a empresa PMH respondeu ao Ato Convocatório, com proposta de R\$ 2,80 por unidade. A justificativa para a diferença no preço seria em razão da variação do dólar, conforme consta das fls. 147-148 do mesmo Processo Emergencial.

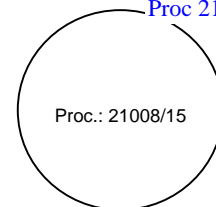
33. Após nova pesquisa de preços que resultou no valor estimado de R\$ 2,4583 por unidade, a mesma empresa apresentou nova proposta com preço unitário de R\$ 2,40, porém, não foi publicado novo Aviso de Dispensa, tendo a SES apenas buscado negociar o valor com a mesma empresa (fl. 180-181).

34. O Órgão Ministerial, entretanto, questiona diversos pontos, como a diferença significativa a maior entre os quantitativos adquiridos pela SES/DF em relação àqueles correspondentes às aquisições cujos preços foram utilizados como parâmetro.

Item 1:	TESTE PARA HEMOGRAMA COMPLETO, EM EQUIPAMENTO DE ANÁLISE AUTOMÁTICO HEMATOLOGICO, COM MÍNIMO DE 22 PARAMETROS: WBC, RBC, HCT, VCM, HCM, CHCM, HGB, RDW, NEUT%, LINF%, MON%, EOS%, BAS%, NEUT#, LINF#, MON#, EOS#, BAS#, PLQ, PDW, MPV e PCT – CONTROLES / USO DIARIO / 3 NIVEIS.			
Quantidade	1.187.500 ←			
Unidade de fornecimento	Teste			
CÓDIGO SES	95700			
CÓDIGO BR	399552			
Responsável Compra / Responsável Cotação	Fonte	Data Compra / Data Proposta	Quantidade	Preço Unitário
UFSC	Comprasnet	27/05/2014	150.000	R\$ 2,9500
Comando da Aeronáutica	Comprasnet	03/07/2014	176.000	R\$ 1,4500
Ministério da Saúde	Comprasnet	21/08/2014	572.500	R\$ 1,6200
Ministério da Saúde	Comprasnet	02/12/2014	348.000	R\$ 2,3000
I Comando Aereo Regional -PA	DW-Comprasnet fl.	12/08/2014	40.000	R\$ 2,7000
Hospital de Aeronautica de Recife -	DW-Comprasnet fl.	16/09/2014	24.000	R\$ 2,9300
Hospital Militar de Área de São	DW-Comprasnet fl.	30/04/2014	70.000	R\$ 2,0000
Hospital Geral de Bonsucesso -RJ	DW-Comprasnet fl.	20/08/2014	220.000	R\$ 1,9700
Governo do Estado do Ceará	DW-Comprasnet fl.	03/03/2015	60.000	R\$ 3,3400
Grupamento de Apoio da Saúde	DW-Comprasnet fl.	25/11/2014	31.000	R\$ 2,9000
MEC/UF/Hosp. Univ. Lauro	DW-Comprasnet fl.	16/01/2015	84.000	R\$ 3,3600
Universidade Federal de	DW-Comprasnet fl.	11/02/2015	4.000	R\$ 1,9800
Mediana				R\$ 2,5000
Média				R\$ 2,4583
Última Aquisição	DATA	03/06/2014	R\$	1,9800

35. Enquanto a SES/DF adquiriu 1.187.500 itens, a média de aquisição nas contratações listadas foi próxima a 148.000 unidades.

36. Questiona-se, ainda, o fato de a empresa possuir Contrato com a Universidade Federal da Bahia, decorrente do Pregão nº 103/2014, onde o preço unitário do item foi de R\$ 1,76, para um quantitativo bastante inferior ao adquirido pela SES/DF, quais sejam, 70.000 contra 1.187.500 unidades.



37. Importante considerar, porém, que o Contrato celebrado pela SES/DF previu o fornecimento dos equipamentos em comodato bem como de assistência técnica 24 horas por dia e 7 dias por semana, com prazo máximo fixado para atendimento aos chamados técnicos, o que pode alterar as condições de uma contratação para outra.

38. Inobstante, em consulta ao Processo de Contratação regular em trâmite na SES/DF, identificou-se a existência de diversas contratações cujos valores unitários foram bastante inferiores, mesmo com a previsão de fornecimento dos equipamentos em comodato, a exemplo daquela decorrente do Pregão nº 14792/2014 do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual do Estado de São Paulo.

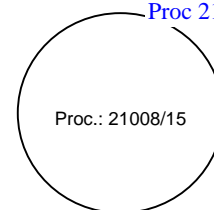
39. Às fls. 142-143 do Processo nº 060.007.595/2013, verifica-se a existência da ARP nº 9/2015 do referido Instituto, na qual o preço unitário do teste foi equivalente a R\$ 1,30, para o quantitativo de apenas 412.800 itens. Às fls. 144 e seguintes, verifica-se a ARP nº 399/2012 – SMS.G, da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, onde o valor do teste foi equivalente a R\$ 1,66 cada, também com fornecimento de equipamentos em comodato, mas com o mínimo de 23 parâmetros, enquanto a SES/DF exigiu o mínimo de 22.

40. O que impende destacar de tudo isso, é o fato de que, independentemente de quaisquer circunstâncias, a tendência se manteria a mesma, no sentido de não haver outras propostas, considerando que o Projeto Básico não permitia a substituição dos equipamentos de propriedade da PMH.

41. Diante dos fatos narrados, fica clara a ocorrência de sobrepreço na contratação, ocasionado, em parte, pelo direcionamento da contratação, fato agravado pela aquiescência da SES/DF em elevar os preços de referência com vistas a aproximar o preço estimado daquele proposto pela empresa então contratada. Faz-se necessária, assim, a apresentação de esclarecimentos por parte da Jurisdicionada.

III – CONCLUSÃO

42. A Representação nº 11/2015 – ML questionou, especialmente, quanto: i) à aparente desídia da Administração em concluir o Processo de contratação regular, o que deu causa à situação emergencial; ii) à insuficiente



motivação para escolha do fornecedor e; iii) à aparente inadequação da justificativa de preços.

43. Quanto à situação emergencial, considera-se que estava adequadamente configurada, entretanto, foi causada pela morosidade em dar andamento ao Processo de contratação regular.

44. A ausência de finalização do referido Processo, parece ter, ainda, ocasionado o fornecimento de materiais sem cobertura contratual, o que vai de encontro a diversos normativos que regem a matéria.

45. No tocante ao possível direcionamento da contratação, relativamente à razão de escolha do fornecedor, ficou claro no Processo de contratação emergencial que houve direcionamento da contratação para a empresa PMH, já que não se permitiu a substituição dos equipamentos utilizados na Rede SES/DF, fornecidos pela referida empresa em regime de comodato.

46. Em relação aos preços, também há indícios de que estejam inadequados, considerando diversas referências listadas neste Relatório e, ainda, o fato de que a SES/DF necessitou rever estimativa válida para adequar o valor estimado ao preço pretendido pela Contratada.

47. Por tudo exposto, faz-se necessário que a Jurisdicionada e a empresa contratada apresentem os esclarecimentos que reputarem cabíveis quanto ao teor da Representação e quanto às conclusões acrescentadas a este Relatório.

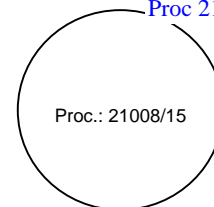
IV – SUGESTÃO

48. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da Informação nº 188/2016 – Diacomp2;
- II. considerar procedente a Representação nº 11/2015 – ML;
- III. conceder prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda. apresentem os esclarecimentos que reputarem cabíveis quanto: i) à responsabilidade pela situação de emergência; ii) ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



fornecimento de materiais sem cobertura contratual; iii) ao aparente sobrepreço e; iv) ao aparente direcionamento para contratação da empresa PMH.

IV. autorizar:

- a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 188/2016 – Diacomp2, da Decisão que vier a ser proferida, respectivos Voto e Relatório à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à empresa PMH Produtos Médicos Hospitalares Ltda., para subsidiar o cumprimento ao item III desta Decisão;
- b) o retorno dos autos a esta Secretaria para os devidos fins.

À superior consideração.

Brasília, 26 de outubro de 2016.

Thiago Olimpio Ferreira
ACE – 1627-8

Senhor Secretário,

De acordo com a Instrução e com as sugestões propostas.

Segunda Divisão de Acompanhamento, 26 de outubro de 2016.

Marcos Aurélio dos Santos
Diretor